

para  
**Texto**

# discussão

**MOBILIDADE PENDULAR DOS  
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA:  
ANÁLISE DOS SENTIDOS DE FLUXOS  
ENTRE A PERIFERIA METROPOLITANA  
E O DISTRITO FEDERAL - 2019**

Luan do Carmo da Silva  
Johnathan dos Santos de Souza

nº 85/dezembro de 2023  
ISSN 2446-7502

**MOBILIDADE PENDULAR DOS ESTUDANTES DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA NA ÁREA METROPOLITANA DE  
BRASÍLIA: ANÁLISE DOS SENTIDOS DE FLUXOS  
ENTRE A PERIFERIA METROPOLITANA E  
O DISTRITO FEDERAL - 2019**

Luan do Carmo da Silva<sup>1</sup>  
Johnathan dos Santos de Souza<sup>2</sup>

Brasília-DF, Dezembro de 2023

---

<sup>1</sup> Luan do Carmo da Silva - Licenciado e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), professor no Instituto Federal de Brasília (IFB) campus Riacho Fundo.

<sup>2</sup> Johnathan dos Santos de Souza - Licenciado e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), professor na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

---

## Texto para Discussão

Veículo de divulgação de conhecimento, análises e informações, sobre desenvolvimento econômico, social, político, gestão e política públicas, com foco no Distrito Federal, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e estudos comparados mais amplos, envolvendo os casos acima.

Os textos devem seguir as regras da [Resolução 143/2015](#), que regem o Comitê Editorial da Codeplan, e não poderão evidenciar interesses econômicos, político-partidários, conteúdo publicitário ou de patrocinador. As opiniões contidas nos trabalhos publicados na série Texto para Discussão são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, de qualquer maneira, o ponto de vista da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan.

É permitida a reprodução parcial dos textos e dos dados neles contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são proibidas.

---

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan

Texto para Discussão

TD - n. 85 (2023) - . - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2023.

n. 85, dezembro, 29,7 cm.

Periodicidade irregular.

**ISSN 2446-7502**

1. Desenvolvimento econômico-social. 2. Políticas Públicas  
3. Área Metropolitana de Brasília (AMB). 4. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).  
I. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. II. Codeplan.

---

CDU 338 (817.4)

---

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**Ibaneis Rocha**  
Governador

**Paco Britto**  
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL**

**José Itamar Feitosa**  
Secretário

**COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN**

**Jeansley Lima**  
Presidente

**Sônia Gontijo Chagas Gonzaga**  
Diretora Administrativa e Financeira

**Renata Florentino de Faria Santos**  
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

**Daienne Amaral Machado**  
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**Clarissa Jahns Schlabit**  
Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

## RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a dinâmica de mobilidade pendular no contexto espacial constituído pelo Distrito Federal (DF) e municípios integrantes da Área Metropolitana de Brasília (AMB), no que diz respeito à busca por serviços de educação prestados por instituições públicas e privadas, no ano de 2019, no âmbito da educação básica. Para tanto, recorreu-se a fontes secundárias de dados, os quais foram tratados e cruzados de modo a garantir o retrato mais próximo da realidade, criando inferências à luz da literatura pertinente, quando da impossibilidade de correlação direta. Dentre as fontes secundárias consultadas destacam-se os microdados do Censo Escolar, os quais constituem a menor desagregação espacial desse levantamento nacional, contendo informações que não são completamente divulgadas em algumas publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O acesso a estes dados se deu por meio da consulta ao banco de dados do órgão responsável pelo levantamento e posterior manuseio e tratamento em softwares estatísticos, como o SPSS. As variáveis analisadas no estudo foram: raça/cor, faixa etária, sexo, tipo de dependência da escola e o município de moradia. Posteriormente, tabularam-se os quantitativos por municípios, e por fim, as Regiões Administrativas (RAs) de localização das instituições educacionais. Esse último passo foi realizado de forma manual, com o auxílio de informações da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF). Os resultados apontam que os municípios goianos do entorno sul (com destaque para Novo Gama e Valparaíso de Goiás) são os que mais “enviam” estudantes para o Distrito Federal, em especial para as Regiões Administrativas do Gama (RA II) e Brasília (RA I). O desenho espacial apresentado por meio do estudo evidencia a preferência por instituições escolares do DF em áreas mais próximas do município de residência, bem como aquelas localizadas na área core do Distrito Federal (Brasília), possivelmente porque nessas escolas a infraestrutura se torna um atrativo e a possibilidade da proximidade com o local de trabalho dos responsáveis se mostra como outro fator agregador. Com isso, o estudo aponta para a necessidade de criação de políticas públicas de valorização da educação básica nos municípios goianos, criação de uma rede de assistência aos estudantes que precisam realizar o deslocamento em transporte coletivo, como o passe único, que possibilite trocar de ônibus urbano ou semiurbano sem precisar pagar a mais por isso, dentre outras medidas que ampliem a qualidade de vida e garantam acesso a um direito básico e universal, como é o acesso à educação de qualidade.

**Palavras-chave:** Mobilidade Pendular; AMB; Distrito Federal; Educação Básica.

# SUMÁRIO

## RESUMO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. O CONTEXTO ESPACIAL DE ANÁLISE .....	12
3. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DOS ESTUDANTES EM MOVIMENTO PENDULAR - ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA-DF .....	15
4. O DESENHO ESPACIAL DOS DESLOCAMENTOS PARA ESTUDO NO CONTEXTO ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA-DF .....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	33

## 1. INTRODUÇÃO

Uma nação caracterizada por abismos sociais carece de políticas públicas que busquem suprir, ou pelo menos amenizar, suas disparidades. Índices internacionais criados com o objetivo de analisar o quadro socioeconômico geral, como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Coeficiente de Gini, Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), dentre outros, podem dar margem para análises mais gerais acerca da renda, educação, longevidade, diferentes acessos sociais, participação efetiva das mulheres na sociedade e outros fatores – mas apresentam limitações quando se busca afunilar no estudo das variáveis ou nas escalas espaciais, conforme assinala o trabalho de Alencar e Viana (2017) ao discutir o IDH na escala metropolitana.

Diferentes países mapeiam a população a partir da aplicação de Censos Demográficos. No Brasil, esse levantamento é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com intervalos médios de uma década, abrangendo nuances muito específicas da realidade socioespacial do país, de modo a se conseguir criar um panorama do comportamento social da população.

Buscando extrair dados mais condizentes com as questões locais, diferentes unidades da federação propõem levantamentos semelhantes ao proposto pelo IBGE. É o caso, por exemplo, das Pesquisas Metropolitana e Distrital de Amostras de Domicílios (PMAD e PDAD) executadas pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Essas pesquisas investigam aspectos socioeconômicos da população da Área Metropolitana e o Distrito Federal com a finalidade de gerar dados e informações que propiciem traçar um retrato das condições de vida às quais a população que vive nestes recortes espaciais está submetida.

Outros levantamentos mais gerais são necessários porque voltam-se para setores da economia e da organização da sociedade, a fim de também colaborar com o entendimento das dinâmicas que são inerentes a esses recortes temáticos. Como exemplo, pode-se mencionar o Censo Agropecuário, o Censo da Educação Superior e o Censo Escolar da Educação Básica.

Lima e Sousa (2014) apontam o percurso histórico da coleta de dados educacionais no Brasil e os produtos e análises possíveis de serem realizados ao longo do tempo. De acordo com os autores, o primeiro levantamento estatístico nessa área ocorreu na década de 1930 e, desde então, vem passando por mudanças devido aos avanços tecnológico-informacionais e orientações políticas. No atual formato, Lima e Sousa (2014, p. 95) assinalam que “o Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa declaratória realizada, anualmente, pelo INEP/MEC, em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais e as escolas da rede pública e privada do Brasil”, sendo a declaração das informações atribuição da direção escolar.

A coleta de informações educacionais em curto intervalo de tempo, quando comparado com outros levantamentos, se justifica pela constante necessidade de adequação de políticas e programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação e outros órgãos de diferentes esferas que têm no campo da educação formal atuação intensa. Um exemplo da importância da sucessiva coleta desses dados pode ser encontrado no trabalho de Diniz (1999), o qual aponta que a universalização do acesso a livros didáticos somente

foi possível a partir dos dados do Censo Escolar. Nesse sentido, Lima e Sousa (2014, p. 98) afirmam que, os dados do Censo da Educação Básica:

[...] são utilizados para a formulação de políticas públicas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como alimentação escolar e transporte escolar, distribuição de livros, implantação de biblioteca, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

Rigotti (2011, p. 153) ao analisar a importância dos dados dos Censos Escolares nos estudos sobre trânsito de estudantes (pendular), afirma que “os censos escolares também apresentam vantagens em termos de cobertura, periodicidade anual garantida e ampla disseminação dos microdados, pelo INEP”. Esta organização metodológica contribui para análises da pendularidade escolar anualmente, como também para a possibilidade de acompanhamento das mudanças espaciais ao longo do tempo, algo não permitido nos Censos Demográficos, ou em outros levantamentos mais gerais.

Seguindo a lógica apresentada, Kunz e Campos (2014) assinalam que os resultados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, em relação a Brasília, carecem de melhor tratamento, uma vez que o Distrito Federal é constituído por um conjunto de Regiões Administrativas com formatações socioeconômicas muito específicas. Sendo que, ao divulgar um resultado por recorte municipal, a autarquia federal incorre “em flagrante homogeneização do espaço do Distrito Federal” (KUNZ; CAMPOS, 2014, p. 66), o que camufla as informações impossibilitando o desenvolvimento de políticas públicas focadas na realidade de cada Região Administrativa.

Outra questão específica do Distrito Federal, diz respeito ao seu caráter imediatamente polarizador em relação a outros municípios brasileiros, com especial destaque para os municípios goianos e mineiros que lhe são imediatamente próximos. Essa polarização demandou a constituição de arranjos espaciais com finalidades diversas, dos quais pode-se destacar a Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal (RIDE-DF) e outros recortes, como a Área Metropolitana de Brasília (AMB) e, mais recentemente, a tentativa de criação da Região Metropolitana de Brasília, por meio de medida provisória editada no Governo Temer (BRASIL, 2018), a qual não logrou sucesso nas demais instâncias políticas, conforme demarcado por Paviani (2019).

Por desempenhar função majoritariamente terciária (PAVIANI, 2010), Brasília tem atraído significativo contingente populacional desde sua construção. Certamente um dos fatores de atração populacional da cidade é a oferta de emprego, com salários mais elevados que a média nacional (RIBEIRO; HOLANDA, 2015), o que pode ser verificado em indicadores socioeconômicos. No entanto, esse fato apresenta diferentes consequências, das quais pode-se mencionar a ampliação das desigualdades, segregação socioespacial e pressão sobre a oferta de determinados serviços (ALENCAR, 2014).

Os pontos mencionados se mostram interligados quando se estuda, por exemplo, o acesso aos serviços de educação básica prestados no território brasiliense. Não só a população local demanda estes serviços, como também os moradores de municípios próximos ao DF. Desse modo, o texto em tela objetiva analisar a dinâmica de mobilidade pendular no contexto espacial constituído pelo Distrito Federal e municípios integrantes da Área Metropolitana de Brasília, no que diz respeito a busca por serviços de educação prestados por instituições públicas e privadas, no ano de 2019.

Para tanto, recorreu-se a fontes secundárias de dados que, por sua vez, foram tratados e combinados de modo a garantir o retrato mais próximo da realidade cruzando dados e criando inferências, à luz da literatura pertinente, quando da impossibilidade de cruzamento direto. Dentre as fontes secundárias consultadas, destacam-se os microdados



do Censo Escolar do INEP (INEP, 2020), os quais constituem a menor desagregação espacial desse levantamento, contendo informações que não são divulgadas no resumo técnico e em suas notas estatísticas. O acesso a estes se deu por meio da consulta ao banco de dados do INEP e posterior manuseio e tratamento em softwares estatísticos, como o *SPSS*.

Tais dados foram especializados de modo a garantir a compreensão espacial das dinâmicas evidenciadas por meio de representações cartográficas - mapas. Destaca-se, no entanto, que a versão (3.16) do software utilizado (QGIS) não reconhece, na totalidade, caracteres especiais, como os acentos utilizados na língua portuguesa, o que, por vezes, inviabilizou a escrita correta dos topônimos.

Os dados ora apresentados referem-se ao ano de 2019, sendo que as variáveis analisadas foram: cor, faixa etária, sexo, tipo de dependência da escola, e o município de endereço. Posteriormente, tabulou-se os quantitativos por municípios, e por fim, as RAs de localização das instituições educacionais. Esse último passo foi realizado de forma manual, com o auxílio de informações da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF).

A análise foi conduzida pela seguinte indagação: qual o perfil sociodemográfico e o comportamento espacial dos deslocamentos para estudo entre municípios da Área Metropolitana de Brasília e o Distrito Federal? O questionamento permitiu que o texto fosse organizado em três tópicos. Primeiramente, discute-se o contexto espacial de análise, ou seja, a escala de manifestação dos dados. Posteriormente, o texto volta-se para o entendimento das características sociodemográficas dos estudantes da área analisada. Por fim, assinalam-se os fluxos, isto é, o trânsito de estudantes de municípios da AMB e do DF que não estudam no mesmo município de residência.

## 2. O CONTEXTO ESPACIAL DE ANÁLISE

A organização socioespacial das cidades acontece de diferentes maneiras, porque os fatores que ocasionam a formação e desenvolvimento urbano são dosados de modo particular em cada realidade. Sendo assim, ainda que duas ou mais cidades tenham características semelhantes, a forma como estão organizadas e apropriadas por agentes sociais se diferencia devido a questões espaciais, históricas, culturais, demográficas, e outras, que se intercomunicam de maneiras distintas produzindo e sendo reproduzidas pelo contexto urbano que se pretende compreender.

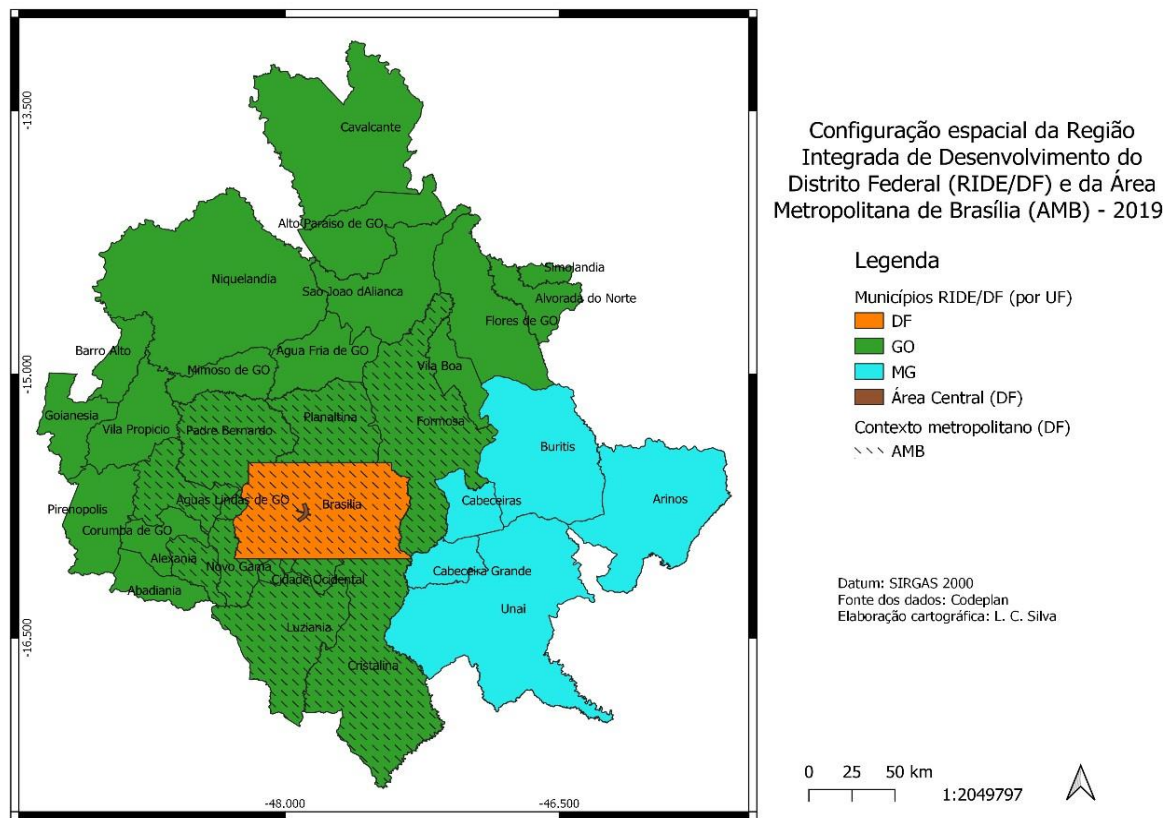
A maneira como as questões mencionadas interagem depende do poder de ação dos atores sociais envolvidos, da escala de ação destes e dos objetivos gerais pretendidos (CORREA, 2011). Com isso, pode-se afirmar que as cidades e os lugares que as constituem, não são desinteressados ou produtos do acaso, mas construídos por demarcações históricas e políticas bem delimitadas, que repercutem os processos de produção e reprodução do espaço urbano em suas diferentes formatações.

Grandes cidades, como Brasília, têm em seu tecido urbano essas questões evidenciadas e notadamente acentuadas. Visto que o jogo de interesses em casos como esses se amplia, esvaziando determinadas áreas da cidade, para futura exploração e especulação imobiliária e adensando outras porções, tornando-as epicentro de problemas socioambientais. Outro cenário notado em relação ao espaço urbano de Brasília é o transbordamento populacional para áreas limítrofes ao Distrito Federal, que por questões locais (em especial no que diz respeito ao espectro político), se tornou fortemente fragmentado, em especial nos eixos sul e oeste. De acordo com Holanda *et al.* (2015, p. 83), “fragmentação, dispersão e baixas densidades [...] indicam sérios problemas da configuração urbana da AMB [Área Metropolitana de Brasília]”.

A atração populacional que Brasília tem exercido desde o início de sua construção é uma verdade, tendo sido analisada por Peluso e Candido (2006), Catalão (2010), Ferreira (2010), Ribeiro e Holanda (2015), Ribeiro e Tenório (2015) e outros. Ainda que o DF tenha absorvido número considerável de migrantes ao longo de sessenta anos, uma parte, em especial a menos favorecida, buscou moradia fora dos limites desta unidade da federação (OJIMA, 2011). Porém, ainda que resida em outros municípios, parte dessa população interage cotidianamente com o Distrito Federal, seja por meio da realização de suas atividades laborais, seja a procura de serviços médico-hospitalares, lazer, ou para acessar estabelecimentos de educação formal, configurando o que Catalão (2010) chama de dispersão do tecido metropolitano de Brasília.

Dos recortes espaciais de análise formalmente constituídos (Mapa 1), entende -se que a Área Metropolitana de Brasília é a que melhor retrata o perfil metropolitano do Distrito Federal e imediações (SOUZA, 2019). Conforme estudo da Codeplan (2014), ainda que a RIDE-DF tenha elementos formais de definição e organização, as disparidades socioespaciais são inconteste e demonstram que alguns dos municípios que compõem esse recorte não apresentam dinâmicas de metropolização com Brasília.

**Mapa 1** - Configuração espacial da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE/DF) e da Área Metropolitana de Brasília (AMB) - 2019



Fonte: Codeplan (2014)

De acordo com Souza (2019), a RIDE-DF e a AMB têm funções diferentes, porém interdependentes. O primeiro recorte “situa-se entre a escala metropolitana e regional, parecendo, em diversos casos um recorte fortuito” (SOUZA, 2019, p. 116), enquanto o segundo recorte é mais coerente para pensar as questões de metropolização no espaço influenciado por Brasília. Nesse mesmo sentido, Ribeiro e Holanda (2015, p. 49) afirmam que “a AMB constitui o que podemos chamar de metrópole funcional, devido à significância de relacionamento entre seus entes”. Por fim, Souza (2019, p. 115-116) sintetiza assim o debate:

O que se nota é que, de certa forma, uma [regionalização] complementa a outra: enquanto a RIDE-DF goza de sua institucionalização, de seu reconhecimento em políticas públicas, a AMB tem aí a sua maior carência, dificultando a atuação dos órgãos de governo que têm na legalidade uma de suas bases; por outro lado, a AMB possui um recorte territorial mais próximo da realidade que visa abarcar, a metropolização. (...) O que se vê é que os recortes não são opostos entre si.

No quesito circulação intermunicipal, uma das principais formas de verificação de interdependência entre cidades de uma área metropolitana (ARRAIS, 2013; ALENCAR, 2014), Paviani (2003, p. 69) no início do século, já apontava para a necessidade de um recorte metropolitano que desse conta de analisar os deslocamentos cotidianos de moradores de Goiás para o Distrito Federal relacionados a busca de “trabalho, compras e/ou procura de bens e serviços, como escolas, hospitais etc.”. Para o autor, recortes regionais que não têm esses movimentos como referência, não conseguem nortear a definição específica de políticas públicas de caráter metropolitano. Nesse sentido, verifica-se a predominância de linhas de ônibus semiurbanas somente entre alguns municípios da RIDE-DF e Brasília. Assim como ocorre no caso da Região Metropolitana de Goiânia, foco dos estudos de Arrais (2013) e Alencar (2014), o padrão de deslocamento é radial (periferia-

centro), havendo pouca ou nenhuma integração lateral (periferia-periferia) entre os municípios, a partir do transporte coletivo. De acordo com os dados analisados pela Codeplan (2014, p. 14):

Fica evidenciado pelos dados da Pesquisa que seis municípios (Águas Lindas de Goiás, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina, Cidade Ocidental e Valparaíso [de Goiás]) possuem intensos fluxos de passageiros com o Distrito Federal. Outros dois (Cocalzinho de Goiás e Luziânia) possuem fluxos mais moderado, mas ainda importante, ao passo que Formosa e Cristalina possuem fluxos pouco relevantes. Considerando-se unicamente o critério de fluxos de passageiros estabelecidos com o Distrito Federal, oito municípios integrariam o espaço metropolitano de Brasília.

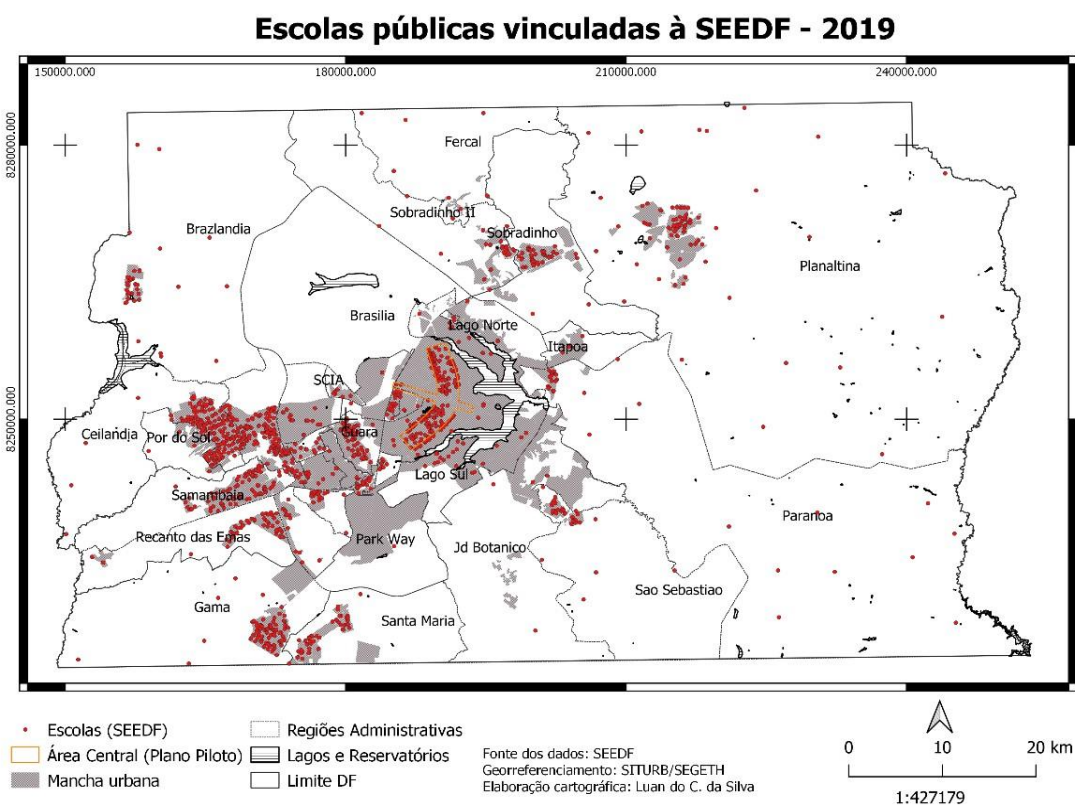
Ojima (2011, p. 117) assinala que reconhecer a importância do estudo dos deslocamentos pendulares, permite entender de maneira mais aprofundada processos socioespaciais que contribuem “para definir os ‘limites’ sociais das fronteiras metropolitanas”. O autor ainda pontua que estudos sobre deslocamentos pendulares, são necessários para que se estabeleça entendimentos acerca das diversas dinâmicas intrínsecas a esse processo. E, ainda, como as especificidades locais configuram arranjos socioespaciais e demográficos únicos.

Para Ojima (2011), aplicar modelos prontos a diferentes contextos espaciais permite unicamente uma visão parcial do fenômeno estudado. Com essa provocação, entende-se que a busca por retrato mais fidedigno ao contexto da periferia metropolitana de Brasília se faz necessário. E, o trabalho com os dados do Censo Escolar, permite avanços interessantes diante da proposta.

### 3. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DOS ESTUDANTES EM MOVIMENTO PENDULAR - ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA-DF

De acordo com os dados do Inep, em 2019 o Distrito Federal possuía 657.869 estudantes, sendo 453.149 da rede pública distrital, 195.716 da rede privada e 9.004 da rede federal (INEP, 2020). Esses dados seguem a tendência do número de estabelecimentos e vagas à disposição para matrícula, uma vez que a rede pública, gerenciada pela SEEDF, apresenta maior quantitativo que as demais redes mencionadas. Enquanto sob a responsabilidade da SEEDF estão 671 instituições, mais 104 vinculadas por convênios, a rede privada possui 435 estabelecimentos. E, a rede pública não vinculada à SEEDF, possui apenas 14 instituições distribuídas no Distrito Federal (INEP, 2020). Ao se verificar a capilaridade da rede pública vinculada à SEEDF (Mapa 2), é possível confirmar a forte atratividade desta rede para os estudantes que residem na periferia metropolitana.

Mapa 2 - Escolas públicas vinculadas à SEEDF - 2019



Fonte: SEEDF, 2019

Dentre outros pontos que podem explicar essa atratividade, é necessário ressaltar a evidente incapacidade de gestão consorciada para a oferta de serviços públicos no contexto da AMB e da RIDE-DF. Sobre esse ponto, Ribeiro e Holanda (2015, p. 48) afirmam que “isso tem gerado ônus em vários sistemas públicos do DF, como a saúde, a educação e a segurança, em detrimento à melhoria dos municípios”. Outros pontos que podem ser destacados são as condições socioeconômicas da população da periferia metropolitana, bem como a disposição espacial de algumas unidades escolares. Ainda que seja perceptível

a concentração das unidades escolares na porção central de Brasília (RA I) e na porção sudoeste (constituída pelas Regiões Administrativas de Taguatinga, Samambaia e Ceilândia), há uma dispersão das escolas por todo o Distrito Federal, sendo possível encontrar estabelecimentos na divisa desta unidade da federação com os municípios goianos, conforme será discutido adiante.

Ao se analisar o conjunto de dados referentes aos municípios da AMB, verificou-se que o resultado apresentou um total de 275.753 estudantes, sendo 144.952 da rede pública municipal, 89.878 da rede pública estadual, 39.350 da rede privada, e 1.573 da rede federal (INEP, 2020). O primeiro ponto que se pode sublinhar em comparação a realidade educacional do Distrito Federal é a divisão da rede pública em municipal e estadual, assim como ocorre no restante do país. Desse modo, ainda que os municípios da periferia metropolitana, seguindo a tendência já explicitada, tenham mais matrículas na rede pública, a maior parcela destas está sob responsabilidade dos municípios, a quem cabe ofertar educação infantil por meio de creches e pré-escolas e ensino fundamental (anos iniciais e finais) (BRASIL, 1996).

Nesse mesmo sentido, cabe assinalar que a rede pública de educação do Distrito Federal congrega as competências que estão vinculadas às redes estaduais e municipais, o que expõe a alta complexidade da rede pública desta unidade da federação.

A seguir, é apresentado um conjunto de dados a fim de caracterizar esse universo de estudantes. Inicialmente, destaca-se que foram constatadas 15.149 matrículas nas instituições localizadas no DF relacionadas a estudantes que declararam endereço de moradia em municípios da AMB e, esse número, corresponde a 2,3% da totalidade de matrículas efetuadas no DF (INEP, 2020). O trânsito cotidiano desses estudantes reafirma os processos de desigualdade e segregação existentes no contexto espacial da análise, uma vez que, de acordo com Medeiros e Ribeiro (2015, p. 235), “o espaço geográfico pode ser determinante na desigualdade de desempenho educacional, já que ele segrega parte da população, em sua maioria de classe social baixa, gerando, além de uma desigualdade econômica, uma desigualdade de desempenho educacional”.

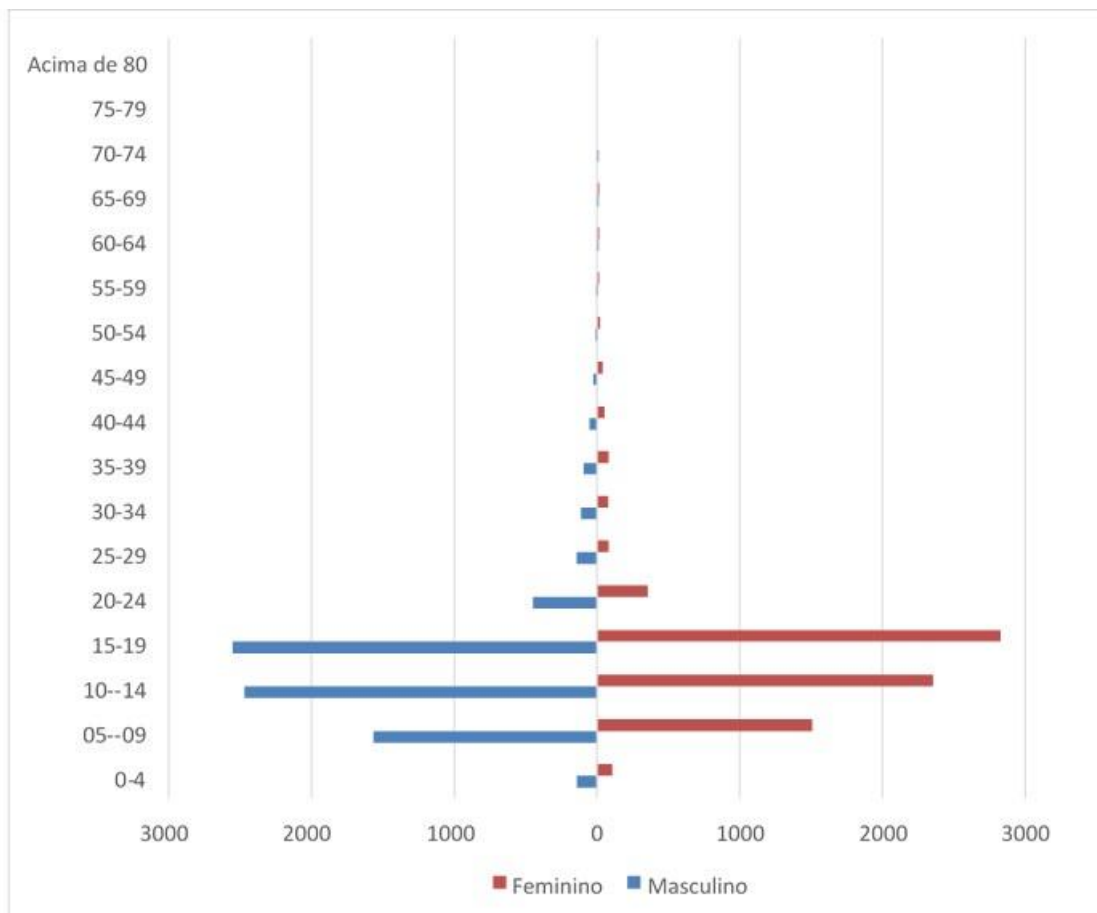
Ainda que o número absoluto de estudantes que se deslocam para o Distrito Federal cotidianamente seja elevado, ressalta-se que suas matrículas representaram 2,83% do total de vagas da rede pública distrital, 0,94% da rede privada, e 4,56% da rede federal. Esses valores, no entanto, talvez não representem o real quadro de distribuição das matrículas, visto que é possível que no ato da matrícula, seus responsáveis tenham declarado endereço diferente do seu real local de moradia.

Ao se analisar os dados por faixas etárias (Gráfico 1), nota-se que a maior parte dos estudantes que moram na periferia metropolitana de Brasília e estudam no DF, para o ano analisado, possuíam idade até 19 anos, com destaque para as faixas entre cinco e 19 anos, enquanto que a faixa acima dos 20 anos mostrou-se pouco representativa (INEP, 2020). No primeiro caso, temos os estudantes da Pré-escola ao Ensino Médio regular, visto que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.393/96), a Educação Básica em seu fluxo normal abrange pessoas com idade entre quatro e 17 anos (BRASIL, 1996). Já no segundo caso (estudantes acima dos 20 anos), aparecem as matrículas relacionadas à modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como a Educação Técnica Profissional (ETP), que geralmente compreende a fase adulta.

Sobre essa temática relacionada ao público acima dos 19 anos de idade, recorre-se às constatações lançadas por Ribeiro e Holanda (2015). De acordo com os autores, ao serem consultados dados da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), um número considerável de moradores jovens e adultos da AMB afirmou que não estava estudando (69,20%), sendo que, no entanto, somente 25,50% declararam a conclusão da

educação básica. Os autores ainda apontam para 37,92% dos moradores jovens e adultos da AMB com ensino fundamental incompleto e 21,15% com ensino médio incompleto. Além de outros 2,57% autodeclarados analfabetos.

**Gráfico 1** - Faixas etárias dos estudantes que estudam no DF e moram na AMB - 2019, por sexo



Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019 (INEP, 2020)  
Elaboração: Os autores.

Para todos esses casos é proveitoso estabelecer correlação entre os dados. O trabalho de Alencar, Alencar e Junqueira (2020) apontou para um grande número de salas de aula, e conseqüentemente vagas abertas, de EJA no âmbito do DF. Todavia, como fatores preponderantes para a não conclusão dos estudos dos moradores da AMB, Ribeiro e Holanda (2015), com base na PMAD, indicam que 23,28% afirmaram não ter interesse na conclusão dos estudos, 12,55% colocaram o trabalho como um fator que dificulta a finalização da educação básica e menos de 1,25% disse que a distância casa-escola, ausência de vagas ou dificuldade no transporte, configuram-se como fatores de desmotivação. Pelo exposto, entende-se que a melhor distribuição das vagas de emprego e salas de aula de EJA nas proximidades do local de moradia desses jovens e adultos, facilitaria a conclusão de seus estudos no contexto da educação básica.

Outra ótica válida quando se analisa os dados de idade (Gráfico 1), está relacionada a faixa etária de zero a quatro anos. O elevado quantitativo de moradores da AMB neste recorte de idade matriculados no DF sugere que várias mães e pais trabalham no DF, deixando as crianças durante o dia na Creche (as quais, em sua maioria, são instituições privadas conveniadas com a SEEDF). Sintetiza-se, desse modo, com base na questão etária, que a maior parte das matrículas de residentes da AMB vinculadas às instituições

sediadas no Distrito Federal são crianças e adolescentes, sendo conseqüentemente, a menor parte formada por pessoas adultas.

Em relação ao sexo, 50,5% do total de matriculados no Distrito Federal são do sexo masculino, e 49,5% feminino. O que demonstra equilíbrio em relação a esta temática e aumento do acesso das mulheres aos serviços de educação formal ao longo dos tempos (ALENCAR; ALENCAR; JUNQUEIRA, 2020). No tocante aos estudantes residentes da periferia metropolitana que estudam no DF, o Gráfico 1 mostra significativo equilíbrio entre os sexos dos estudantes que transitam cotidianamente do município de moradia para o de estudo. Em resumo, 50,35% dos estudantes são do sexo masculino, e 49,65% do sexo feminino.

Acerca desse ponto ressalta-se que, ao se verticalizar a análise dos dados de movimentação pendular por determinados seguimentos (idade e/ou público-alvo), verifica-se notável diferença no perfil de quem se desloca. O trabalho de Ojima (2011) aponta para uma realidade diversa da evidenciada pelos dados do Censo Escolar. De acordo com o autor, em um quadro amplo, no contexto das áreas metropolitanas, “a mobilidade pendular é uma característica predominantemente masculina, pois mais de 60% dos que a realizam são homens, sobretudo nos grupos de idade acima dos 20 anos” (OJIMA, 2011, p. 118).

Para Dias *et al.* (2019, p. 276), “em Brasília e em sua área metropolitana, as barreiras sociais, que muitas vezes se confundem com a segregação territorial, são determinantes para a diversidade de trajetórias dos jovens na educação, no mercado de trabalho e na constituição de família”. Dessa maneira, compreende-se que, ao concluírem seus estudos, parte considerável daquele percentual de meninas tende a reproduzir papéis historicamente entendidos como femininos, como o cuidado com o lar, com as crianças e com os idosos, enquanto que os homens se mantêm na condição de provedores, e não encontrando fontes de trabalho e renda onde moram, continuam a realizar o fluxo de deslocamento pendular entre o município de moradia e o local de trabalho.

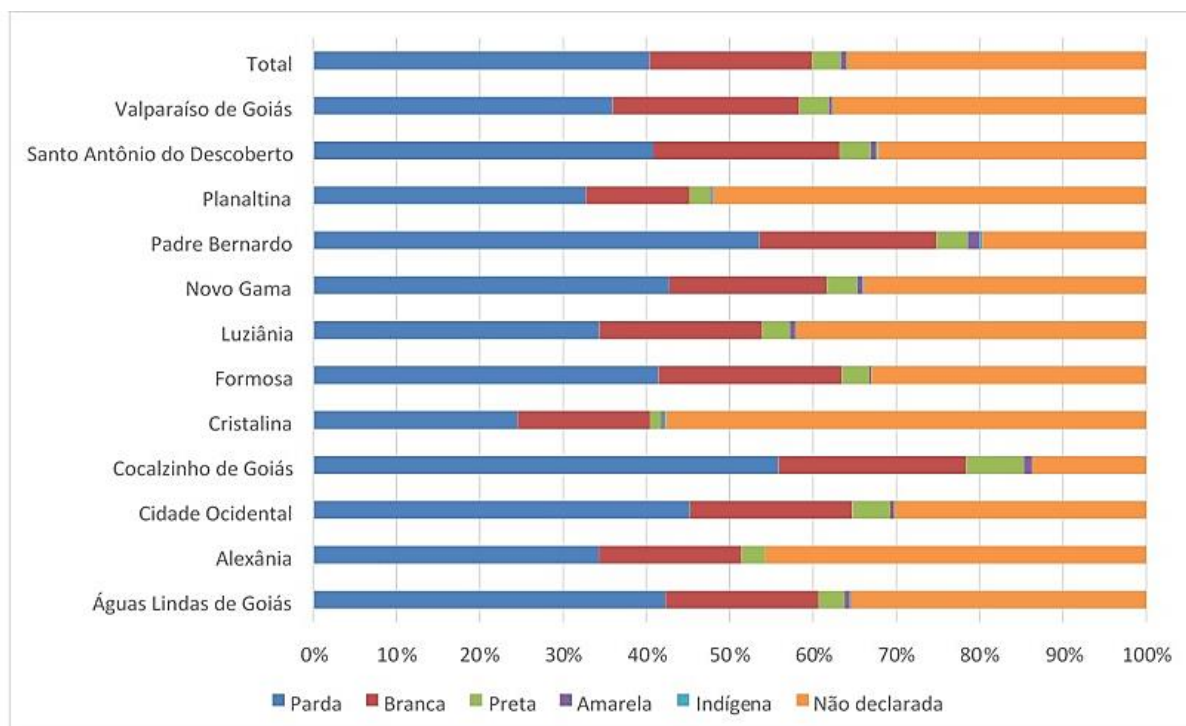
Nas palavras de Vasconcelos *et al.* (2019, p. 264), “as diferentes condições de vida em família, na comunidade e as oportunidades oferecidas no território onde essas crianças crescem, se socializam e se preparam para integrar a juventude, são determinantes para suas trajetórias de vida”. Ao se rastrear as áreas com maior concentração de vagas de emprego no âmbito da AMB, Paviani (2019, p. 47, destaques no original) argumenta que “ao longo dos 60 anos de construção da *urbs*, o Plano Piloto de Brasília foi o *locus* da oferta da oportunidade de trabalho, sobretudo as de maior remuneração. Por isso, a concentração de atividades é histórica”.

Esses processos nos permitem reiterar o deslocamento em idade escolar praticamente indiferente em relação ao sexo, e posteriormente (chegada à vida adulta), com a ampliação excessiva do percentual de homens frente às mulheres na manutenção das dinâmicas de deslocamento pendular entre AMB e Distrito Federal.

Em termos de cor/raça, da totalidade de estudantes matriculados em instituições de educação básica localizadas no DF, 36,8% foram declarados pardos, 25,8% brancos, 2,9% pretos, 0,4% amarelos, 0,1% indígenas e 33,9% não tiveram raça/cor declarada (INEP, 2020). O padrão demográfico brasileiro, onde a predominância de negros (pretos e pardos), seguido de brancos, é mantido na população estudantil do Distrito Federal. No Gráfico 2, nota-se que a maior parte dos estudantes que moram em municípios da AMB, 40,39% foram declarados pardos, enquanto os brancos representam menos de 20%. Se por um lado esse dado demonstra que os pardos são os que mais acessam as escolas do DF, por outro mostra uma realidade cruel da segregação racial e econômica, pois a maioria da população moradora dos municípios da periferia metropolitana são autodeclarados pardos (PMAD, 2019).



**Gráfico 2 - Raça/cor dos estudantes que moram no Entorno e estudam no DF - 2019**



Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019  
Elaboração: Os autores.

Se a história do Brasil for tomada como uma referência para entendimento desse dado, é possível afirmar que, por falta de possibilidade de acesso, quando da migração para o DF, parte da população mais desassistida e, conseqüentemente com menor chance de mobilidade social, é (era) preta ou parda, isto é, negra. Esta parcela populacional não tendo condições de fixar moradia no “quadrilátero”, buscou meios de estabelecer domicílio nos municípios goianos e, seus filhos e filhas, executam percursos semelhantes aos seus. Enquanto as crianças se deslocam para o DF para estudo, os pais se deslocam para trabalho. Em síntese, assim como no Brasil, a desigualdade socioespacial no contexto da metropolização de Brasília tem cor bem definida.

A questão do movimento pendular ser executada majoritariamente por migrantes que se deslocaram de seus locais de origem para outras cidades, mas não podendo se estabelecer nestas, buscaram moradia em municípios próximos, é discutida no trabalho de Ojima (2011). De acordo com o autor, as áreas metropolitanas de Goiânia e Brasília representam bem essa realidade, visto que nas duas regiões “cerca de 90% das pessoas que fazem movimentos pendulares são migrantes” (OJIMA, 2011, p. 128). O autor ainda aponta que parte desses migrantes tiveram como último local de moradia (ainda que rápida), o município sede das regiões metropolitanas estudadas. Para o contexto do Distrito Federal e da AMB, em momento mais recente, o estudo executado por Ribeiro e Tenório (2015) é ilustrativo dos processos apresentados.

Por meio do panorama apresentado neste tópico há autorização para afirmar que, deslocamentos para estudo e trabalho, apresentam forte correlação, atingindo, por certo, públicos específicos, mas que quando analisados em conjunto, aprimoram o entendimento abrangente das desigualdades socioeconômicas pelas quais passa expressivo contingente da população. No próximo tópico, demonstram-se as dinâmicas verificadas no âmbito dos deslocamentos dos estudantes caracterizados.

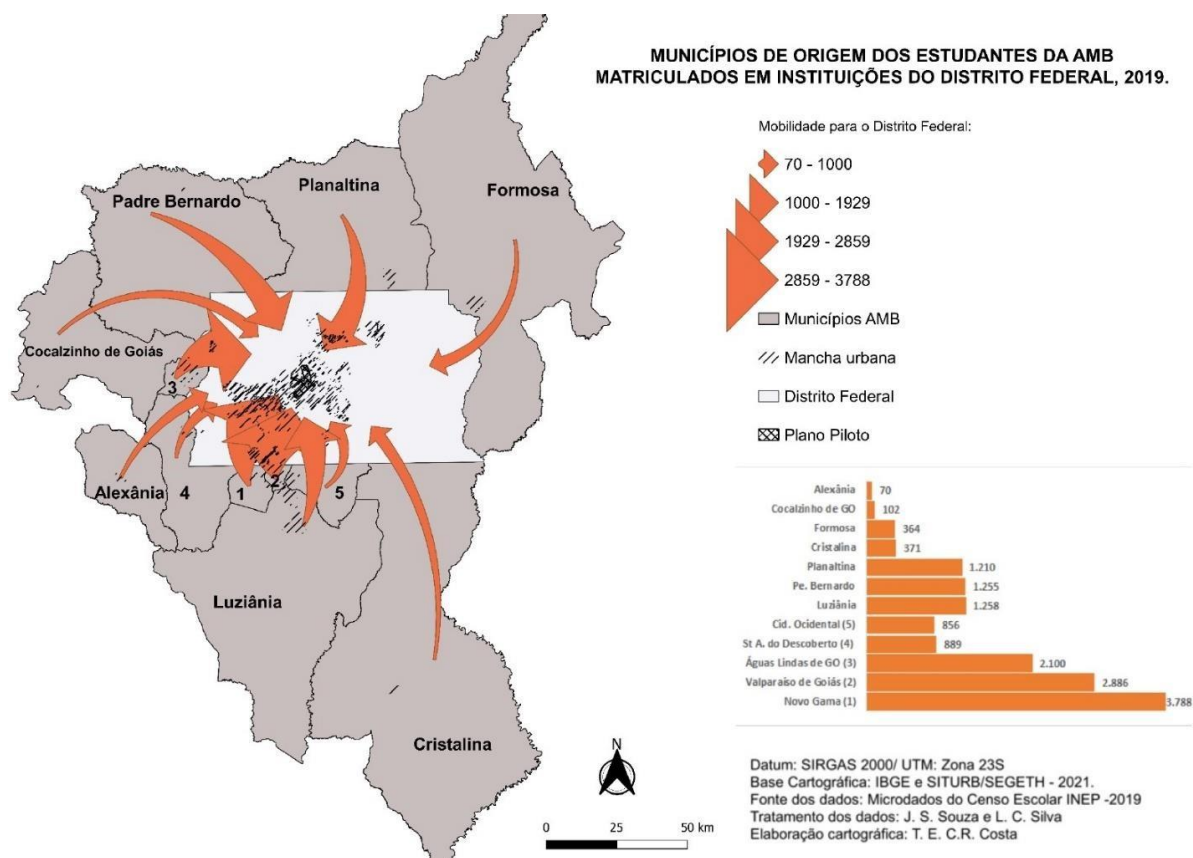
## **4. O DESENHO ESPACIAL DOS DESLOCAMENTOS PARA ESTUDO NO CONTEXTO ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA-DF**

Quando se aponta o município de moradia dos estudantes que tiveram endereço declarado na AMB, mas que estão matriculados em instituições de educação básica no DF, a faixa de zero a quatro anos é maior para as crianças que moram em Valparaíso de Goiás, enquanto que a faixa até os 19 anos é constituída por um número maior de alunos que moram no município de Novo Gama (INEP, 2020). Ou seja, municípios localizados na mesma porção do território em relação ao DF, o que indica não haver relação direta entre o local de moradia e a idade dos estudantes matriculados, mas retrata a intensidade de fluxos pendulares de outras naturezas, como aqueles relacionados a trabalho. Ou como propõe Harvey (2018, p. 119) “o capital se apropria dos processos e condições existentes e os transforma em algo perfeitamente ajustado aos requisitos do modo de produção capitalista”. Isto é, essa parcela da população tem naturalizado os processos de segregação socioespacial e de movimento pendular para estudo e trabalho, desde a mais tenra idade.

Em uma abordagem mais específica (Mapa 3), ao se extrair os dados acerca do local de moradia dos estudantes do Distrito Federal que têm endereço declarado em Goiás (nos municípios da AMB), verifica-se que, os maiores fluxos de estudantes são provenientes dos municípios de Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás. Por outro lado, os menores quantitativos são originários de Cristalina, Formosa e Cocalzinho de Goiás. Dentre os fatores que justificam esse comportamento, pode-se mencionar a distância de cada um desses municípios com as áreas dotadas de equipamentos escolares no DF, além da facilidade de acesso por meio de estradas e rodovias. O padrão apresentado é a síntese do que foi encontrado pela Codeplan (2014) ao analisar os fluxos gerais de deslocamento pendular para a região. Ao repetir o modelo exposto há sete anos, verifica-se a manutenção de um esquema de forte dependência socioespacial entre os municípios estudados de modo a se inferir que pouco tem sido feito no sentido de proporcionar aos moradores da periferia metropolitana de Brasília, o desenvolvimento de parte de suas atividades cotidianas nos municípios de residência.

Reitera-se que, de maneira geral, a predominância dos deslocamentos pendulares nos municípios metropolitanos se dá pelo fator “trabalho” (OJIMA, 2011). Contudo, conforme enfatizado no tópico anterior, quando se utiliza o recorte idade, o fator “estudo” torna-se protagonista da causa de deslocamentos para adolescentes e crianças. Constata-se que os municípios que estão localizados no Entorno Sul concentram 60,74% de todos os estudantes da AMB matriculados em escolas da capital federal, sendo esses dados referentes a todos os tipos de dependência escolar (distrital, conveniada, privada ou federal). Outros que se destacam estão no Entorno Oeste, como Águas Lindas de Goiás e Padre Bernardo (INEP, 2020).

**Mapa 3** - Municípios de origem dos estudantes da AMB matriculados em instituições do Distrito Federal, 2019

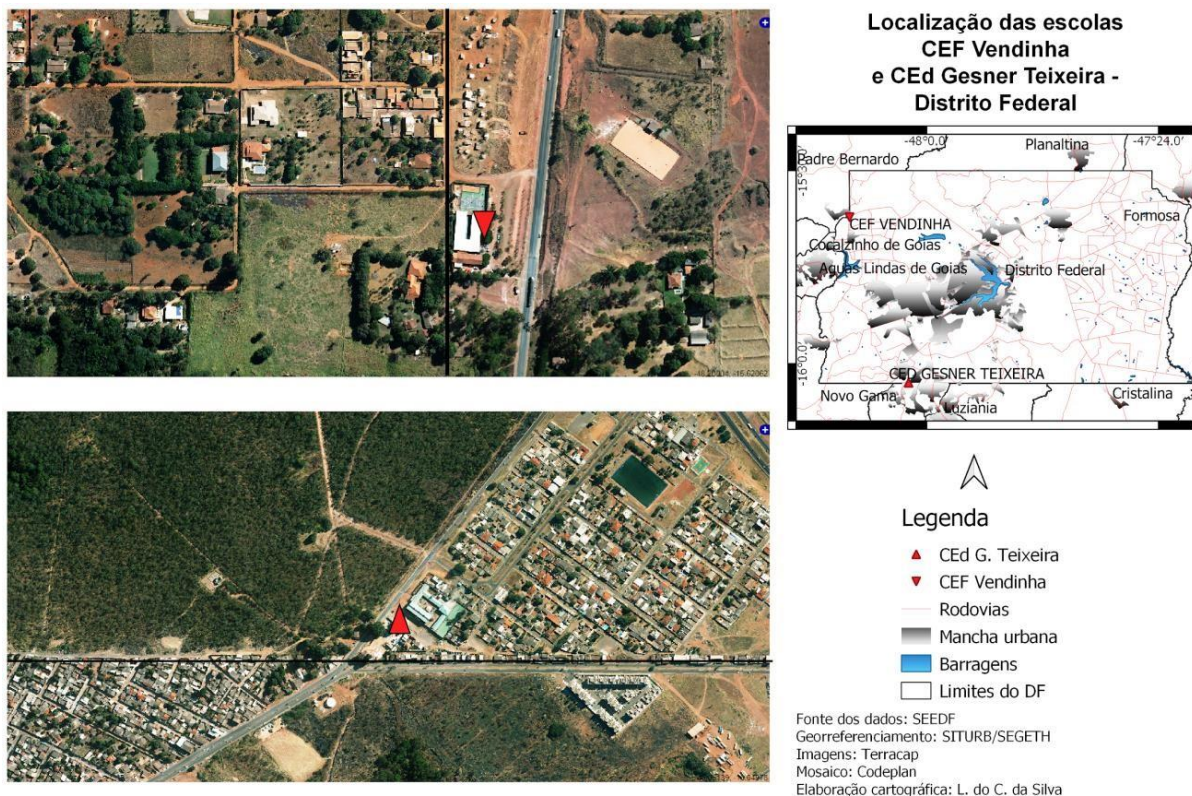


Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019 (INEP, 2020)

Isso pode estar relacionado, conforme indicado, a facilidade de deslocamento pelas rodovias BR-040 e DF-290, no caso dos municípios do Entorno Sul, e BR-070, BR-080 e DF-533 nos municípios localizados no Entorno Oeste. Outro fator pode ser a localização de algumas escolas distritais próximas à divisa do DF com Goiás, como é o caso do Centro Educacional Gésner Teixeira, próximo à divisa do município do Novo Gama com o bairro do DVO, Região Administrativa de Santa Maria (RA XIII), e do Centro de Ensino Fundamental Vendinha, localizado na divisa da Região Administrativa de Brazlândia (RA IV) com o município de Padre Bernardo.

Em relação ao contexto espacial no qual estão as duas escolas citadas, é válido destacar que, consoante ao observado no Mapa 4, o Centro Educacional Gésner Teixeira está localizado em área de franca conurbação, enquanto o Centro Educacional Vendinha, tem, como vizinhos do lado do Distrito Federal, chácaras e sítios. E do lado de Goiás, lotes e arruamentos do tipo urbano/semiurbano. Ainda sobre esta última escola, evidencia-se que parte formidável de seu público é moradora de Goiás, do total de 589 matrículas, 534 são de moradores de Padre Bernardo (INEP, 2020), município no qual se localiza o distrito de Monte Alto, “vizinho” urbano/semiurbano da escola. Isto é, a escola atende majoritariamente, população urbana/semiurbana, ainda que, para os padrões da SEEDF, seja uma unidade escolar de caráter rural, devido a configuração socioespacial anteriormente mencionada.

**Mapa 4** - Localização das escolas CEF Vendinha e CED Gesner Teixeira - DF

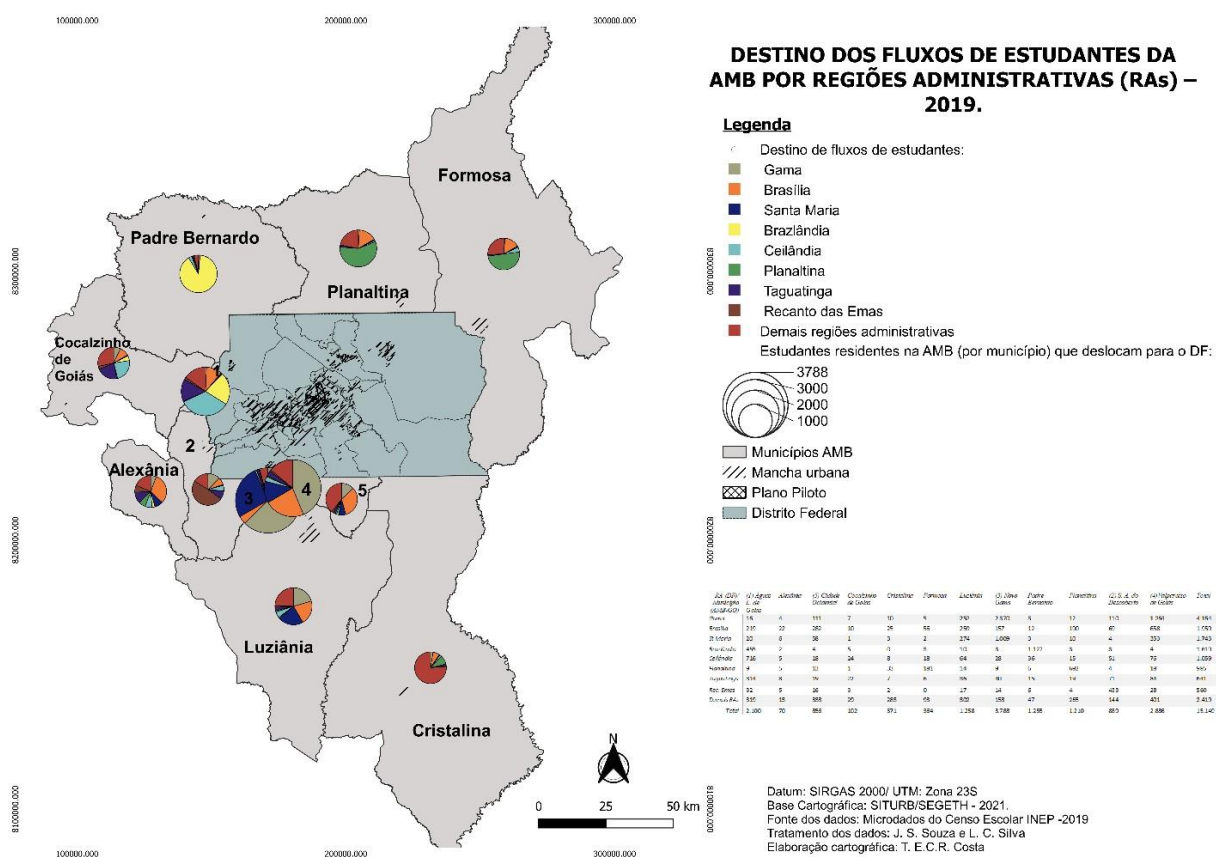


Fonte: SEEDF, 2019

Existe, portanto, uma proximidade geográfica dos municípios onde estão os maiores contingentes de estudantes da AMB matriculados no DF com as Regiões Administrativas que mais acolhem esses estudantes em suas unidades escolares (Mapa 5 e Tabela 1). O Gama (RA II) é a Região Administrativa que recebe os maiores contingentes de estudantes da AMB. Sob a mesma ótica, estão Brazlândia (RA IV), Santa Maria (RA XIII) e Ceilândia (RA IX). A Região Administrativa de Brasília (RA I), apesar de não estar na divisa do DF, é a segunda RA em número de matrículas de moradores da AMB. Cada uma dessas RAs recebe acima de mil alunos moradores da Área Metropolitana de Brasília.



Mapa 5 - Destino dos fluxos de estudantes por Regiões Administrativas (RAs) - 2019



Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019 (INEP, 2020)

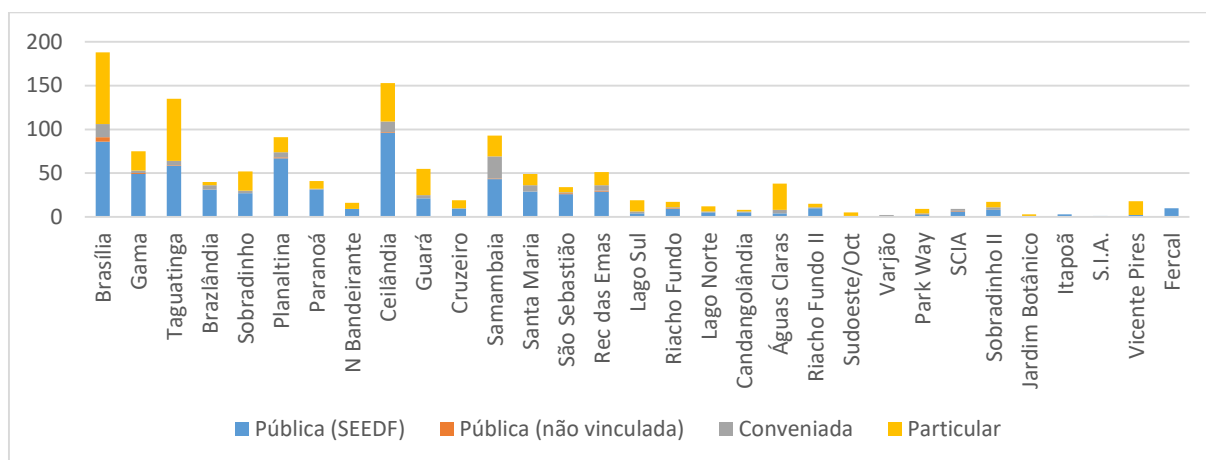
Tabela 1 - Origem/Destino dos estudantes da AMB matriculados em escolas do DF, 2019 (RAs selecionadas)

Município/RA	Gama	Brasília	Sta. Maria	Brazlândia	Ceilândia	Planaltina	Taguatinga	Rec. Emas	Demais RAs	Total
Novo Gama	2.370	157	1.009	3	28	9	40	14	158	3.788
Valparaíso de GO	1.264	658	353	4	76	18	84	28	401	2.886
Águas L. de GO	16	219	20	455	716	9	314	32	319	2.100
Luziânia	252	259	274	10	64	14	36	17	332	1.258
Pe Bernardo	3	12	3	1.127	36	6	15	6	47	1.255
Planaltina	12	190	10	3	15	692	19	4	265	1.210
Sto Ant. do Descoberto	110	69	4	3	51	4	71	433	144	889
Cid Ocidental	111	282	58	4	18	13	19	16	335	856
Cristalina	10	25	3	0	8	33	7	2	283	371
Formosa	5	56	2	3	18	181	6	0	93	364
Cocalzinho de GO	7	10	1	5	24	1	22	3	29	102
Alexânia	4	22	6	2	5	5	8	5	13	70
<b>Total</b>	<b>4.160</b>	<b>1.937</b>	<b>1.737</b>	<b>1.617</b>	<b>1.054</b>	<b>980</b>	<b>633</b>	<b>555</b>	<b>2.406</b>	<b>15.079</b>

Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019 (INEP, 2020)  
Elaboração: Os autores.

No caso de Brasília (RA I), o elevado número de alunos que moram em Goiás se dá, quiçá, em decorrência do padrão de organização do Distrito Federal. Segundo Paviani (2003), esta RA apresenta forte polarização em relação a oferta de oportunidades e serviços, quando comparada a qualquer contexto espacial da AMB (inclusive demais RAs). Em estudo mais recente, Holanda *et al.* (2015) reafirmaram esse padrão polarizador da área core do Distrito Federal tanto no contexto da AMB, quanto no âmbito do próprio DF. Nota-se, dessa maneira, uma relação de forte interdependência entre esses contextos espaciais – enquanto no DF em geral e, na RA Brasília, em específico, há amplo número de vagas de emprego e unidades escolares (Gráfico 3 e Mapa 6). E nos municípios que compõem a AMB, há um elevado contingente populacional à procura dessas oportunidades, a fim de garantir para si e para os seus, melhor qualidade de vida.

**Gráfico 3 - Estabelecimentos escolares do Distrito Federal (Total) - 2019**

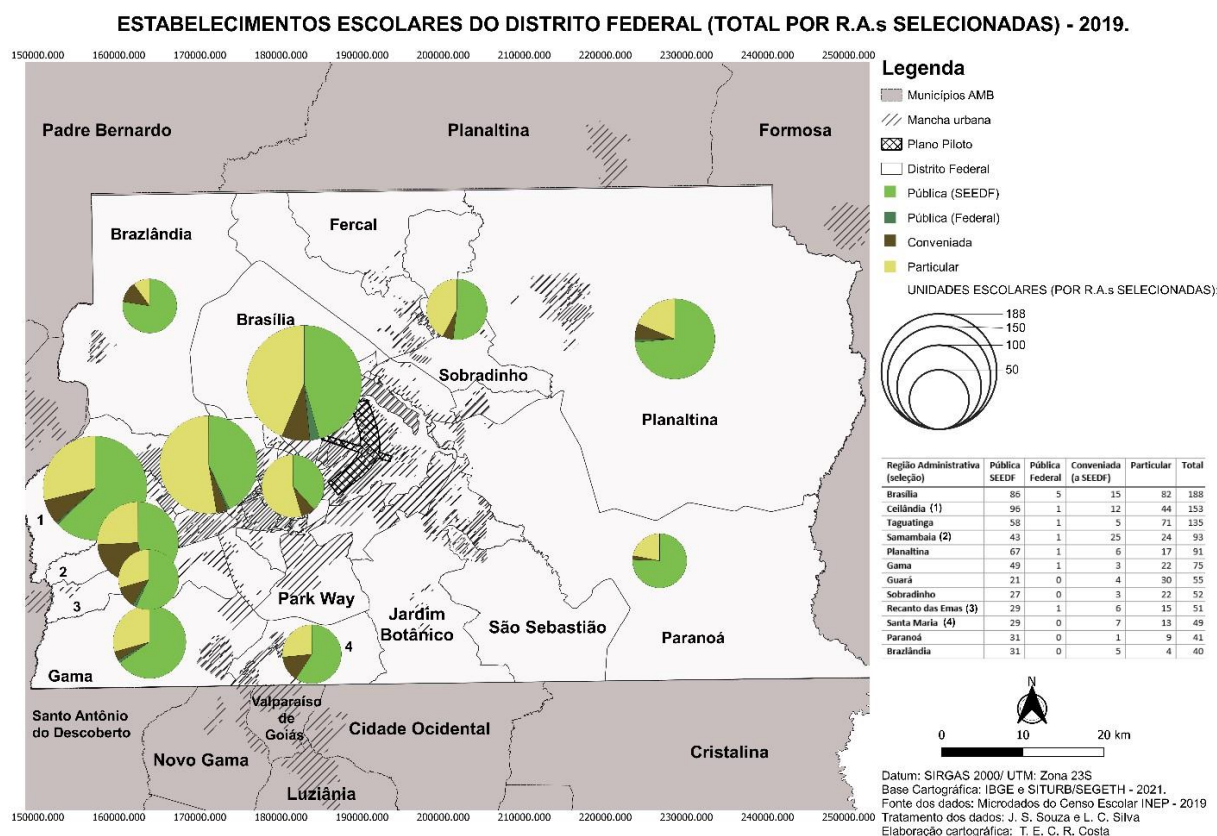


Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019 (INEP, 2020)  
Elaboração: Os autores.

O número de estabelecimentos de educação básica (públicos distritais, federais, conveniados e particulares) instalados em Brasília (RA I), totaliza, por exemplo, 35 unidades escolares a mais que Ceilândia (RA IX) e 53 a mais que Taguatinga (RA III), duas RAs com contingentes populacionais maiores que os verificados na RA I. Ou seja, reafirma-se o padrão concentrador de oportunidades (ALENCAR, 2014) tanto para os moradores do DF, quanto para aqueles que vivem nos municípios goianos, posto que, o deslocamento entre esses municípios e Brasília é mais longo que para as demais RAs mencionadas.

Nesse sentido, pode-se problematizar o nível de aprendizagem dos alunos moradores da AMB, visto que o tempo de deslocamento e outros fatores configuram-se em aspectos importantes para o bem-estar e a disposição física e intelectual dos estudantes para aprender. De acordo com Medeiros e Ribeiro (2015, p. 234), “o sucesso ou o fracasso escolar de um sujeito não depende apenas da qualidade da escola, mas sim de todo um complexo contexto no qual o sujeito está inserido, incluindo o contexto espacial”. O trabalho de Souza e Silva (2019) aponta para o índice de repetência e desistência dos estudantes moradores da RIDE-DF matriculados em instituições do DF, o qual tem diversos fatores envolvidos – desde a adaptação à rotina de deslocamento, até a impossibilidade financeira de manutenção dos estudos.

Mapa 6 - Estabelecimentos escolares do Distrito Federal (Total por RAs selecionadas) - 2019



Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019 (INEP, 2020)

Souza e Silva (2019) afirmam ainda que, a busca por serviços educacionais de moradores dos municípios goianos em instituições do Distrito Federal, se dá em decorrência da ausência de vagas naqueles municípios. Sobre isso, Medeiros e Ribeiro (2015, p. 232) ilustram o seguinte: “quanto mais próximo do centro [Brasília - RA I], melhores as condições educacionais e de permanência e quanto mais se afasta, piores se tornam as condições, principalmente nos municípios pertencentes ao Estado de Goiás”. Dessa maneira, entende-se que os longos deslocamentos realizados cotidianamente por um número significativo de crianças e adolescentes ocorre, também, em função de uma possível busca por serviços educacionais de boa qualidade e que possam garantir sucesso de suas aprendizagens.

Há, assim, explícito paradoxo quanto a esses deslocamentos, na medida em que, quanto mais tempo se gasta para acessar os estabelecimentos escolares, maiores são as chances de desgaste físico e mental. E ao mesmo tempo, executa-se tais deslocamentos almejando acesso a melhores serviços educacionais. A segregação socioespacial verificada no contexto da AMB, mostra-se em toda a sua potencialidade de violência urbana para esses jovens e crianças que têm direito à educação garantidos, em muitos casos, somente na letra da lei (ALENCAR, 2014). Por meio desses dados, concorda-se com Medeiros e Ribeiro (2015, p. 246) ao afirmarem que:

[...] o espaço em que o sujeito está inserido não é determinante no seu desenvolvimento, mas influencia fortemente em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento.

[...] Assim, viver em um espaço com fácil acesso ao conhecimento e à cultura dominante facilitará o processo de sucesso escolar, assim como a escassez desses elementos facilitará o fracasso escolar.

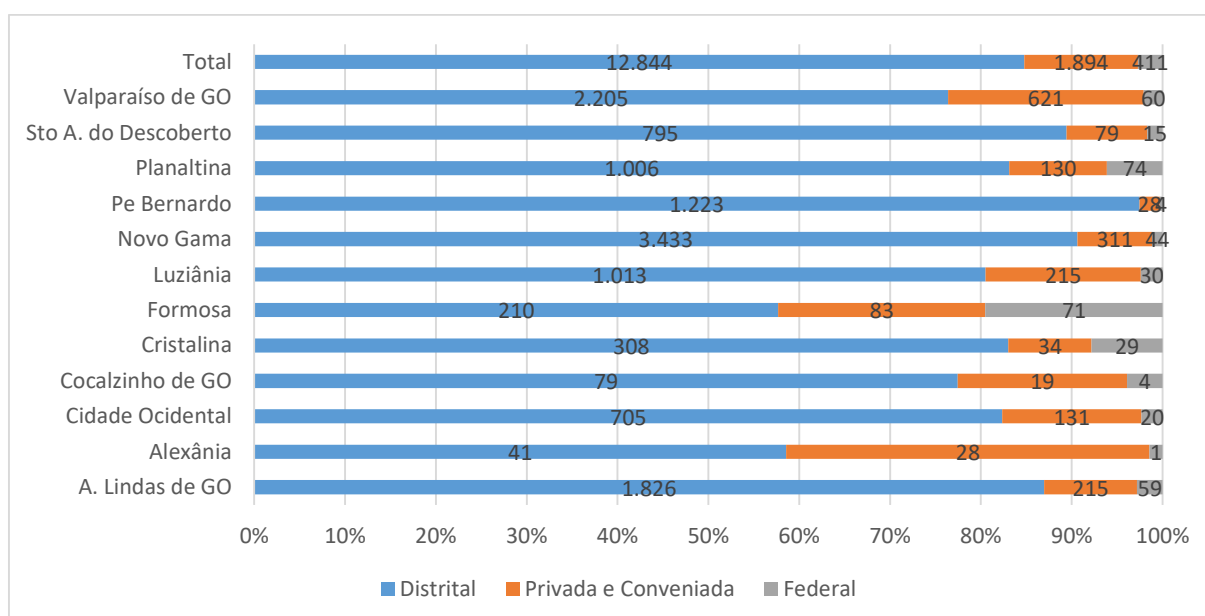
Se, como mencionado, Brasília (RA I) possui elevado número de estabelecimentos educacionais, por outro lado, Sudoeste/Octogonal (RA XXII), SIA (RA XXIX) e Fercal (RA XXXI) são as regiões administrativas que menos receberam alunos moradores da AMB (assinalados na Tabela 1, juntamente com outras espacialidades, sob o rótulo de “Demais RAs”). Certamente um dos motivos é o fato dessas RAs possuírem poucas escolas (Gráfico 3), assim como estarem localizadas na parte central do Distrito Federal, exceto Fercal na parte norte, e por terem pouca relação com os municípios metropolitanos.

No caso da Fercal (RA XXXI), destacam-se ainda as dificuldades relacionadas ao acesso à RA. Um morador do Entorno Norte, por exemplo, para chegar a Fercal teria que passar por Planaltina (RA VI) e Sobradinho (RA V) antes de chegar ao destino final. Ainda que esta Região Administrativa seja “uma das maiores geradoras de impostos do DF, pois abriga duas grandes fábricas de cimento, usinas de asfalto e mineradoras” (PDAD FERCAL, 2019, p. 9), verifica-se sua fraca dinamização socioeconômica, principalmente quando se analisa os ganhos salariais da população residente (70,5% declararam receber até dois salários mínimos) ou a escolaridade (35,5% com 25 anos ou mais declararam não possuir o Ensino Fundamental completo).

Além desses fatores, a RA XXXI (Fercal) conta somente com 10 estabelecimentos escolares (INEP, 2020), o que faz com que aproximadamente 27,3% da população em idade escolar precise se deslocar a Sobradinho (RA V) ou a Brasília (RA I) em busca de serviços educacionais (PDAD Fercal, 2019). Entende-se, com esses dados, que a Fercal (RA XXXI) exerce pouca atratividade, dentro e fora do Distrito Federal, em relação à busca por educação formal, configurando-se em uma área centrífuga da população em idade escolar.

Os fluxos por tipo de entidade escolar apontam, conforme ressaltado no início deste trabalho, que as escolas distritais (vinculadas à SEEDF) são as que recebem os maiores quantitativos, em termos relativos e absolutos (Gráfico 4), de estudantes de todos os municípios da AMB, seguida pelas instituições particulares e conveniadas, e por fim, as federais. Isso pode ser explicado pelo grande número de instituições públicas no DF, em especial as escolas distritais, o que, por consequência gera um número maior de vagas, as quais nem sempre são ocupadas pela população local.

**Gráfico 4** - Fluxos por tipo de dependência escolar segundo os municípios da AMB de origem dos estudantes, 2019



Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019 (INEP, 2020)  
Elaboração: Os autores.



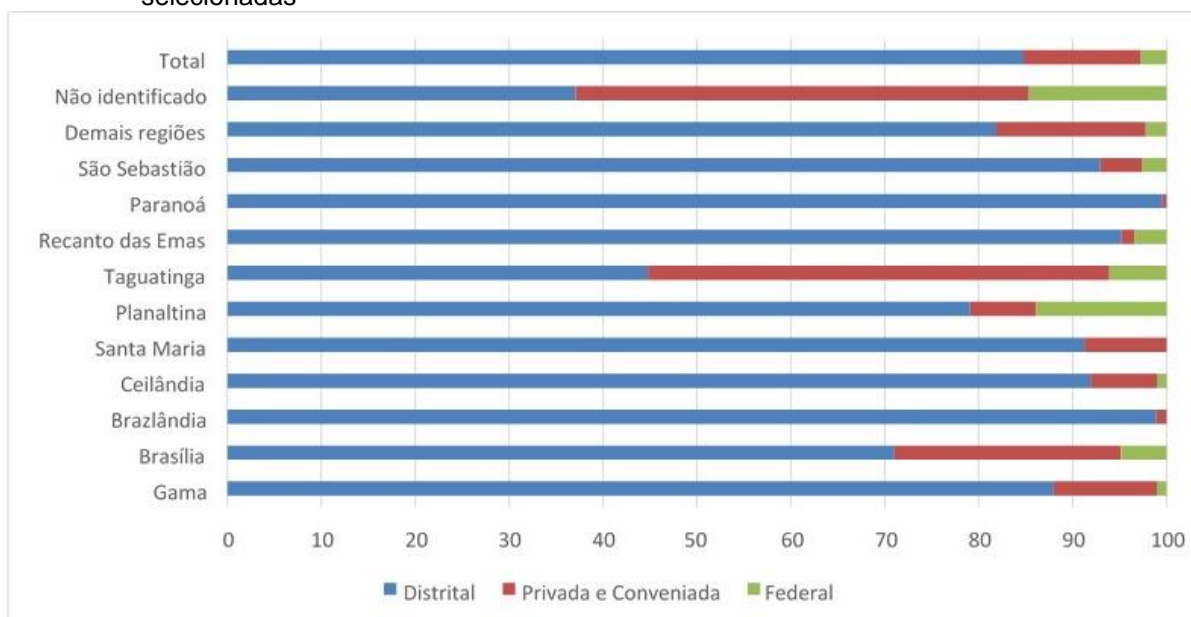
Sobre os dados do Gráfico 6, verifica-se que o município de Novo Gama é origem da maior parte dos discentes da rede pública distrital. Em relação às instituições privadas e federais, é Valparaíso de Goiás e Planaltina, respectivamente, o local de residência dos estudantes que moram na periferia metropolitana, mas que estão matriculados no Distrito Federal, ainda que também para esses municípios predomine o fluxo de estudantes para escolas distritais. Os dados relacionados às matrículas nas instituições particulares, coadunam com o estudo de Ojima (2011), acerca de uma premissa estabelecida no imaginário coletivo sobre quem transita entre os municípios das periferias metropolitanas para os municípios centrais. De acordo com o autor, “a pendularidade não é exclusividade da população de mais baixa renda” (OJIMA, 2011, p. 126), pré-requisito que garante, por exemplo, o pagamento das mensalidades e serviços correlacionados à educação, como transporte, alimentação e outros.

Um dos cenários possíveis no tocante à questão da maioria estudarem nas escolas públicas distritais, pode estar relacionado com a renda familiar, dado que, de acordo com os dados da PMAD (2019), o nível de renda dos moradores dos municípios metropolitanos é relativamente baixo. O que permite depreender que dificilmente teriam condições econômicas suficientes para custear as mensalidades em instituições educacionais privadas, haja visto o gasto com transporte e alimentação serem relativamente altos. Bem como o número reduzido de matrículas disponíveis nas instituições federais de educação básica, como aquelas oferecidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), o qual conta com apenas 10 campi para todo o Distrito Federal.

Em relação às Regiões Administrativas (Gráfico 5), Gama (RA II) e Brasília (RA I) concentram os fluxos de estudantes que moram na AMB e deslocam-se para o DF em busca de serviços de educação ofertados por escolas públicas distritais e privadas, enquanto que Planaltina (RA VI) concentra o deslocamento voltado para instituição federal que ofereça educação básica (nesta RA está situado um campus do IFB). Como dito anteriormente, o território da primeira região administrativa citada (RA II) é limítrofe ao território da AMB, que aliada a facilidade de deslocamento pelas rodovias DF-290 e BR-040 e à oferta de transporte público e privado, favorece a escolha dos alunos por essa RA. Por outro lado, a opção por Brasília (RA I) pode estar relacionada ao trabalho dos responsáveis por esses estudantes, que acabam escolhendo a região como local de estudo dos filhos pela proximidade com seu local de trabalho. Certamente os elementos distância, facilidade e menor tempo de deslocamento influenciam a escolha pelas escolas do Gama (RA II), enquanto que a possível sensação de segurança, pela proximidade com o local de trabalho dos responsáveis, favorece Brasília (RA I).

Outro fator que pode ser responsável pela atração de estudantes para Brasília (RA I) é a infraestrutura das escolas. Dados divulgados pela Secretaria de Educação apontam que a Coordenação Regional de Ensino (CRE) do Plano Piloto é responsável pelo maior número de escolas com equipamentos do tipo Laboratórios de Informática e Ciências, Biblioteca ou Sala de Leitura. Ou conforme assinalam Dias *et al.* (2019, p. 282), “muitos dos equipamentos pensados para a educação pública de qualidade, encontram-se no Plano Piloto [Brasília - RA I], distante dos locais onde grande parte da população jovem reside”. Fato que se torna um atrativo aos estudantes que buscam formas de aprendizagem cada vez mais contextualizadas e significativas.

**Gráfico 5** - Fluxos por tipo de dependência escolar segundo as RAs de destino, 2019 (%) - por RAs selecionadas



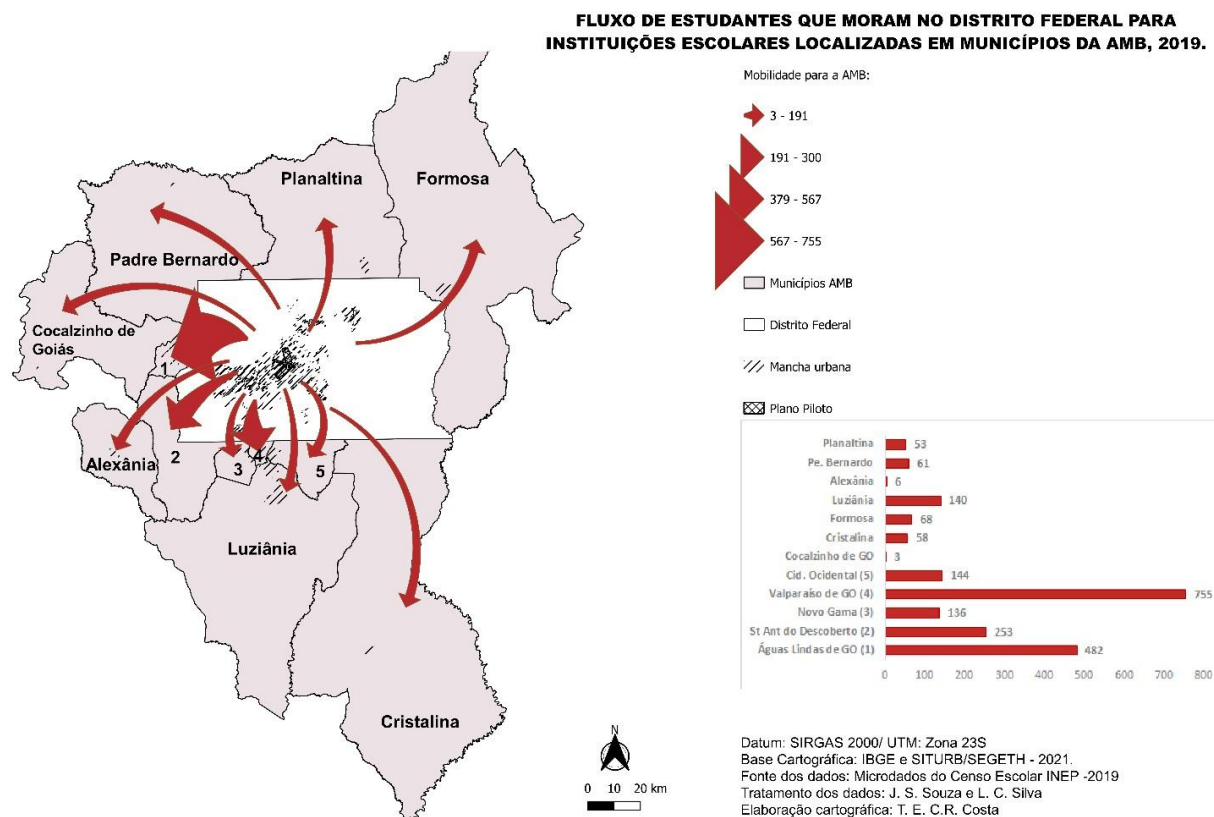
Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019 (INEP, 2020)  
Elaboração: Os autores.

Além disso, pode-se mencionar outros equipamentos socioeducacionais e culturais presentes na RA I que atraem os estudantes – escolas parque, centros interescolares de línguas, museus e outros – visto que, segundo apontam Medeiros e Ribeiro (2015, p. 249), “o sujeito não se forma apenas na escola, mas nos diferentes espaços sociais em que convive. Um ambiente abundante em oportunidades de aprendizagem, propiciará a esse sujeito maior possibilidade de sucesso escolar”.

Da mesma forma que ocorrem fluxos de estudantes da periferia metropolitana para o DF, esse processo se reproduz também em sentido inverso, ou seja, estudantes que têm residência declarada no Distrito Federal, mas que estudam em municípios da região. Ainda que o fluxo apresentado não configure elevado valor absoluto, entende-se que evidenciá-lo proporciona o reconhecimento da complexidade envolta no contexto dos deslocamentos para estudo ao se analisar essa realidade socioespacial.

De acordo com os dados apresentados no Mapa 7, 2.159 alunos residentes da capital federal estudavam nos municípios vizinhos. A maioria com matrícula em Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás. Como o Censo Escolar (microdados) não especifica a RA de origem, infere-se que as Regiões Administrativas de Santa Maria (RA XIII) e Gama (RA II) sejam os locais de endereço dos discentes no caso do primeiro município citado, e Ceilândia (RA IX) e Brazlândia (RA IV) do segundo. Isso provavelmente ocorre devido às distâncias, já que as RAs citadas se localizam na divisa com os dois municípios. Certamente essa não dissociação dos dados referentes ao Distrito Federal por Regiões Administrativas, é uma das maiores críticas ao Censo Escolar. De acordo com Kunz e Campos (2014, p. 69), “a desagregação dos dados por regiões administrativas colabora para que se faça uma leitura que não dissocie espaço da sociedade e, por conseguinte, respeite as peculiaridades e singularidades manifestadas pelas configurações espaciais do DF”.

**Mapa 7** - Fluxo de estudantes que moram no Distrito Federal para instituições escolares localizadas em municípios da AMB, 2019

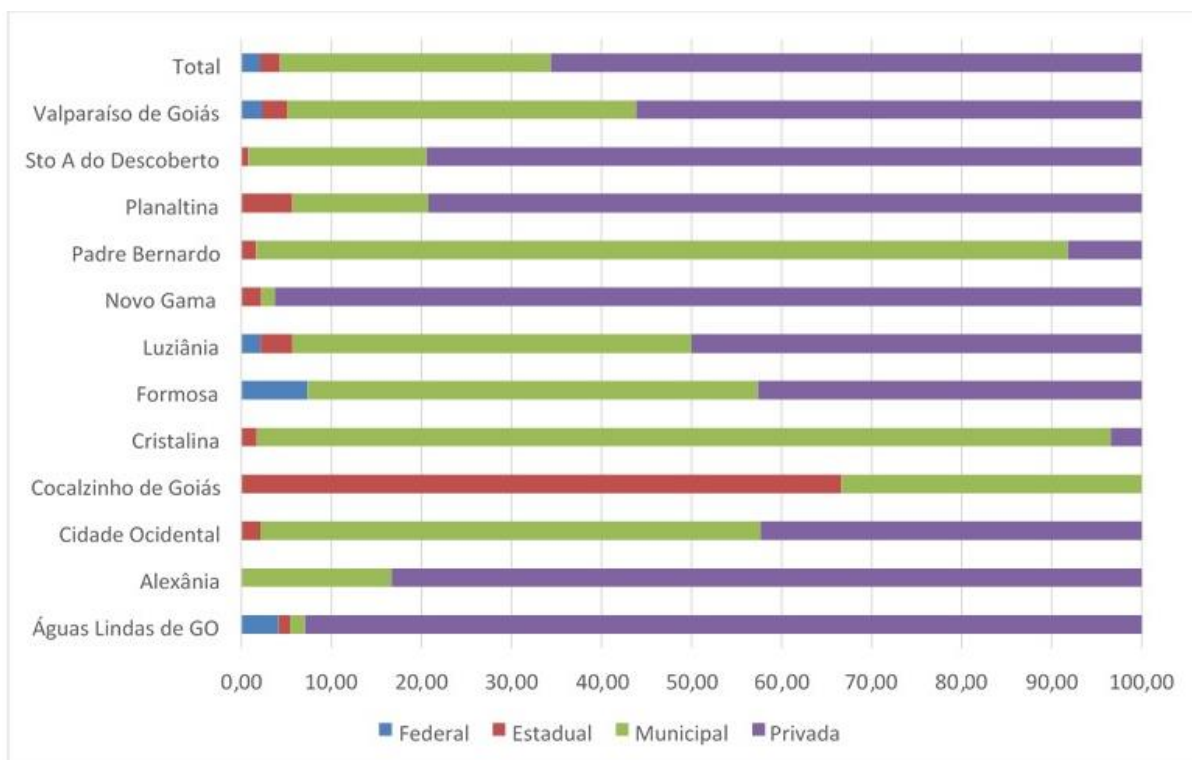


Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019 (INEP, 2020)

Por outro lado, Cocalzinho de Goiás e Alexânia são os municípios da AMB que recebem quantitativos menores, praticamente insignificantes do ponto de vista estatístico. As principais explicações para tal fato podem estar relacionadas às distâncias maiores, como também pela menor oferta de estabelecimentos de Educação, tanto públicas, como privadas.

Quando se analisa os fluxos por dependência escolar (Gráfico 6), nota-se que a maior parte dos estudantes da AMB residentes no DF estudam em instituições privadas, seguida das municipais. A opção por instituições particulares pode estar vinculada aos valores de mensalidades praticados por instituições dessa natureza localizadas em municípios da periferia metropolitana, bem como, pode ser explicada pelo imaginário coletivo de que as escolas particulares oferecem melhores serviços educacionais que as do setor público. Ao tratarmos de estudantes do DF matriculados em instituições privadas localizadas em municípios da AMB, destaca-se que Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás, são os que recebem os maiores fluxos desses estudantes.

**Gráfico 6** - Fluxos por tipo de dependência escolar de estudantes moradores do Distrito Federal segundo os municípios de destino (%), 2019



Fonte: Microdados do Censo Escolar INEP-2019 (INEP, 2020)  
Elaboração: Os autores.

Todo esse conjunto de dados, bem como outros que podem ser cruzados e somados às análises aqui estabelecidas, favorecem a discussão de definição de políticas públicas efetivamente ligadas ao contexto socioespacial ao qual se relacionam. Compreender as formas como os diversos atores sociais estão inseridos nos processos de produção e reprodução do espaço é uma das condições básicas para efetivar planos e ações que surtam efeito em prol da garantia da cidadania desses atores (HARVEY, 2018). O conceito de cidadania ora proposto, não é aquele vinculado a um discurso político “solto” e vazio de sentido, mas relacionado às vivências e trajetórias individuais e coletivas de pessoas fixadas em determinados contextos socioespaciais. Ou seja, defende-se um modelo de garantia da cidadania por meio das práticas socioespaciais coerentes com os territórios e lugares nos quais os cidadãos estão assentados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o quadro de interdependência dos lugares e pessoas, as cidades, em especial as de maior “peso” na hierarquia urbana, partilham diariamente com suas vizinhas do intenso trânsito de pessoas entre os espaços de moradia e os locais voltados para o suprimento de suas necessidades sociais básicas – saúde, trabalho, estudo, lazer. Brasília, capital do Brasil, e Brasília, região administrativa do Distrito Federal, concentram grande parte das oportunidades de emprego e estudo da Área Metropolitana da qual faz parte (AMB), e isso pode ser constatado nos dados referentes à circulação de estudantes dos municípios limítrofes ao Distrito Federal para o “quadrilátero”.

A pesquisa em tela analisou os dados do Censo Escolar referente a 2019, constatando que os municípios goianos do entorno sul são os que mais “enviam” estudantes para o Distrito Federal, em especial para as Regiões Administrativas do Gama (RA II) e Brasília (RA I). Destes municípios, Novo Gama lidera o ranking, sendo o local de moradia de pouco mais de 25% (3.788 de 15.149) dos estudantes que se deslocam cotidianamente de Goiás para o DF. Também no entorno sul do DF está o município que ocupa a segunda colocação no ranking, Valparaíso de Goiás, local de moradia de 19% dos estudantes que se deslocam em direção ao DF para acessar instituições de educação básica. Esses dois municípios configuram local de moradia de 44% dos estudantes que executam o movimento pendular ora estudado.

São seguidos por Águas Lindas de Goiás, no entorno oeste, onde moram 2.100 estudantes (13,8% do total analisado). No caso desses estudantes, as RAs onde estão matriculados prioritariamente são Ceilândia (716), Brazlândia (455), Taguatinga (314) e Brasília (219). Os matriculados nas demais RAs somam 396 alunos, ou seja, apenas 18,8% do total. O desenho espacial apresentado por meio desses três exemplos evidencia a preferência por instituições escolares do DF em áreas mais próximas do município de residência, bem como aquelas localizadas na área core do Distrito Federal (Brasília-RA I), possivelmente porque nessas escolas a infraestrutura se torna um atrativo e, a possibilidade da proximidade com o local de trabalho dos responsáveis, se mostra como outro fator agregador.

O processo de segregação socioespacial é uma constante ao se analisar esses dados, em especial quando se busca verificar a natureza das instituições onde os alunos goianos tendem a estudar (majoritariamente instituições públicas) e a autodeclaração de raça/cor. Os dados atestam a realidade já conhecida: parcela significativa da população que executa grandes deslocamentos diários para satisfação de suas necessidades sociais básicas é constituída por pessoas negras.

Ainda que o movimento de moradores do DF que estudam em municípios da AMB seja uma realidade, ressalta-se que o total de estudantes que realizam esse deslocamento não alcança 15% do total do deslocamento AMB-DF, o que demonstra o padrão clássico de movimento pendular do tipo periferia-centro. Todos esses dados apontam para a necessidade de criação de políticas públicas de valorização da educação básica nos municípios goianos, criação de uma rede de assistência aos estudantes que precisam realizar o deslocamento em transporte coletivo, como o passe único, que o possibilite a trocar de ônibus urbano ou semiurbano sem precisar pagar a mais por isso, dentre outras medidas que ampliem a qualidade de vida e garantam acesso a um direito básico e universal como é o acesso à educação de qualidade.

É necessário, por fim, lançar especulação acerca do quadro apresentado. Se parte dos estudantes se deslocam para estudo em outro município o fazem, possivelmente, porque acompanham a rotina de seus responsáveis. Com a pandemia e a possível perda do emprego dos adultos, esses adolescentes e crianças continuarão a executar a pendularidade? As famílias que não sofreram impactos significativos na renda, mas igualmente se preocupam com a saúde e bem-estar de suas crianças, permitirão que estas façam as viagens cotidianamente em ônibus do sistema de transporte coletivo, vans do transporte escolar particular ou por meio de rodízio de caronas com crianças de outras famílias? É possível que a pandemia altere o quadro assinalado neste estudo. E os dados do próximo Censo da Educação Básica são essenciais no entendimento das consequências da Covid-19 no ambiente metropolitano do Distrito Federal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, D. P. A centralidade das formas e a mobilidade dos indivíduos: o caso da região metropolitana de Goiânia. **Ateliê Geográfico**, v. 8, n. 3, p. 88-103, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/31604>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- ALENCAR, D. P.; VIANA, J. L. R. O Desenvolvimento Humano em ambientes metropolitanos: subsídios teóricos e metodológicos para a mensuração estatística. **Ateliê Geográfico**, v. 11, n. 2, p. 170-183, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/44250>. Acesso em: 13 Jan. 2020.
- ALENCAR, D. P.; ALENCAR, J. L. R. V.; JUNQUEIRA, A. R. S. Universalização da educação nos municípios brasileiros. **Mercator**, v. 19, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/jMGP3HVgXtt6fHq4scXDbyx/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2020.
- ARRAIS, T. P. A. **A produção do território goiano** - economia, urbanização e metropolização. 1. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2013. 224 p.
- BRASIL. Presidência da República. **LDB - Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394**. Brasília: Casa Civil: 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 862**, de 2018. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/mpv/134765>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- CATALÃO, I. **Brasília, metropolização e espaço vivido**: práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 156 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/jbt6b/pdf/catalao-9788579831058.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília)**. Nota técnica 1/2014. Brasília: Codeplan, 2014. 54 p. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2018/03/Delimita%C3%A7%C3%A3o-do-Espa%C3%A7oMetropolitano-de-Bras%C3%ADlia-AMB.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- CORREA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. Cap. 2, p. 41-52.
- DIAS, T. S. *et al.* As juventudes da metrópole. In: VASCONCELOS, A. M. N. *et al.* (orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2019. p. 275-290.
- DINIZ, E. M. V. O censo escolar. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. v. 80, n. 194, p. 156-163, 1999. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1263>. Acesso em: 20 jan. 2020.



FERREIRA, I. C. B. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In: PAVIANI, A. *et al.* (orgs.). **Brasília 50 anos** - da capital a metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 23-54.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. Tradução Artur Renzo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 224 p.

HOLANDA, F.; *et al.* A configuração da área metropolitana de Brasília. In: RIBEIRO, R. J. C.; TENORIO, G. S.; HOLANDA, F. (ed.). **Brasília**: transformações na ordem urbana. Coleção Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática - série estudos comparativos. Rio de Janeiro: Letra capital, 2015. p. 64-97.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar da Educação Básica 2019 - Microdados**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censoescolar>. Acesso em: 10 Ago. 2020.

KUNZ, S. A. S.; CAMPOS, N. L. O. Expressão espacial da qualidade educacional no Distrito Federal. **Revista Com Censo**: Estudos Educacionais do Distrito Federal, v. 1, n. 1, p. 65-83, 2014. Disponível em: <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/24>. Acesso em: 12 Ago. 2019.

LIMA, A. A. A. A.; SOUSA, F. P. Censo escolar da educação básica: uma referência para elaboração de políticas públicas e transferência de recursos para educação pública. **Revista Com Censo**: Estudos Educacionais do Distrito Federal, v. 1, n. 1, p. 94-102, 2014. Disponível em: <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/25>. Acesso em: 12 Ago. 2019.

MEDEIROS, A. M. A.; RIBEIRO, R. J. C. Organização social do território e desigualdades sociais: desempenho em educação e condições urbanas de vida. In: RIBEIRO, R. J. C.; TENORIO, G. S.; HOLANDA, F. (ed.). **Brasília**: transformações na ordem urbana. Coleção Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática - série estudos comparativos. Rio de Janeiro: Letra capital, 2015. p. 201-230.

OJIMA, R. Fronteiras metropolitanas: um olhar a partir dos movimentos pendulares. **Revista paranaense de desenvolvimento**. n. 121, p. 115-132, 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/6304>. Acesso em: 12 ago. 2019.

PAVIANI, A. Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise. **Revista território**. n. 11, 12, 13. Rio de Janeiro, 2003, Ano VII. Disponível em: <http://www.laget.eco.br/pdf/brasilia.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

PAVIANI, A. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, A. *et al.* (orgs.). **Brasília 50 anos** - da capital a metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 227-252.

PAVIANI, A. Área Metropolitana de Brasília a integrar: o desafio do desemprego e da descentralização de atividades. In: VASCONCELOS, A. M. N. *et al.* (orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2019. p. 47-58.

PELUSO, M.; CANDIDO, W. **Distrito Federal**: paisagem, população e poder. São Paulo: Harbra, 2006. 121 p.

PDAD/FERCAL. **Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios - Fercal 2018**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. Brasília: Codeplan, 2019. 57 p. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Fercal.pdf>. Acesso em: 12 Ago. 2019.



PMAD. **Pesquisa Metropolitana de Amostra de Domicílios 2017/2018** - Sumário executivo. Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. Brasília: Codeplan, 2019. 8 p. Disponível em: [http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2019/10/Sum%C3%A1rio\\_PMAD.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2019/10/Sum%C3%A1rio_PMAD.pdf). Acesso em: 12 Ago. 2019.

RIBEIRO, R. J. C.; HOLANDA, F. A metrópole de Brasília na rede urbana brasileira e configuração interna. *In*: RIBEIRO, R. J. C.; TENORIO, G. S.; HOLANDA, F. (ed.). **Brasília: transformações na ordem urbana**. Coleção Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática - série estudos comparativos. Rio de Janeiro: Letra capital, 2015. p. 35-63.

RIBEIRO, R. J. C.; TENORIO, G. S. Estrutura social e organização social do território. *In*: RIBEIRO, R. J. C.; TENORIO, G. S.; HOLANDA, F. (ed.). **Brasília: transformações na ordem urbana**. Coleção Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática - série estudos comparativos. Rio de Janeiro: Letra capital, 2015. p. 98-117.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. *In*: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade Espacial da População: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. 1 ed. Campinas: NEPO\UNICAMP, 2011. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap7.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019. p. 141-156.

SOUZA, J. S.; SILVA, L. C. Movimento pendular para estudo da Ride-DF para o Distrito Federal (2016-2018). *In*: **Caderno de Resumos IX Semana de Produção Científica**. Brasília: Editora do IFB, 2019. p. 243. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/117>. Acesso em: 15 jan. 2020

SOUZA, S. M. C. Reflexões sobre Brasília e sua(s) região(ões): política regional e política metropolitana. *In*: VASCONCELOS, A. M. N. *et al.* (orgs.). **Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2019. p. 109-120.

VASCONCELOS, A. M. N. *et al.* Marcadores de desigualdades no nascer e crescer na metrópole. *In*: VASCONCELOS, A. M. N. *et al.* (orgs.). **Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2019. p. 257-274.

## Comitê Editorial

**JEANSLEY LIMA**  
Presidente

**SÔNIA GONTIJO CHAGAS GONZAGA**  
Diretora Administrativa e Financeira

**RENATA FLORENTINO DE FARIA SANTOS**  
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

**DAIENNE AMARAL MACHADO**  
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**CLARISSA JAHNS SCHLABITZ**  
Diretora de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas

**Alexandre Silva dos Santos**  
Gerente de Demografia, Estatística  
e Geoinformação

**Cecília de Faria Sampaio**  
Gerente de Estudos Urbanos

**Cleyton dos Santos**  
Gerente de Apoio Administrativo

**Gabriel Pimenta Gadêa**  
Gerente de Gestão e Desenvolvimento  
de Pessoas

**Gustavo Saraiva Frio**  
Gerente de Estudos e Análises  
de Promoção Social

**Jéssica Filardi Milker Figueiredo**  
Gerente de Contas e Estudos Setoriais

**Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira**  
Gerente de Estudos e Análises  
de Proteção Social

**Jusçanio Umbelino de Souza**  
Gerente de Pesquisas Socioeconômicas

**Kássia Batista de Castro**  
Gerente de Estudos Ambientais

**Marcelo Borges de Andrade**  
Gerente de Tecnologia da Informação

**Martinho Bezerra de Paiva**  
Gerente de Administração Financeira

**Rafael Richter Oliveira da Silva**  
Gerente de Estudos Regional e Metropolitano

**Tatiana Sandim**  
Gerente de Estudos e Análises Transversais

**Renata Nogueira Fernandes**  
Chefe da Assessoria de Comunicação

**Revisão e copidesque**  
Heloísa Herdy

**Editoração Eletrônica**  
Maurício Suda

**Companhia de Planejamento  
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal  
SAM, Bloco H, Setores Complementares  
Ed. Sede Codeplan  
CEP: 70620-080 - Brasília-DF  
Fone: (0xx61) 3342-2222  
[www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)  
[codeplan@codeplan.df.gov.br](mailto:codeplan@codeplan.df.gov.br)



**Secretaria de  
Economia do  
Distrito Federal**

